

Gênese do imaginário social dos sertões: entre história & ficção¹

EDUARDO DIATAHY B. DE MENEZES*

I

Preliminares: o trabalho dos conceitos

«Sertão: estes seus vazios. O senhor vá. Alguma coisa ainda encontra ».
J. Guimarães ROSA [1978]

«Muita coisa importante falta nome».
J. Guimarães ROSA [1978]

«... só aos poucos é que o escuro é claro».
J. Guimarães ROSA [1978]

«Ver bem não é ver tudo. É ver o que os outros não vêem ».
José Américo de ALMEIDA [1974]

Se proceder a um rápido exame da programação deste Encontro – pelo menos daquela versão a que tive acesso – percebo, de forma evidente ou indireta, algo como uma homenagem implícita a autores como José de Alencar, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Guimarães Rosa, Ariano Suassuna, etc. Com efeito, eles, na ficção ou no ensaio, contribuíram ao lado de muitos outros para a construção do imaginário social dessa espécie de *leitmotiv* de nossa tradição letrada, bem como

¹ Em sua origem, este texto constituía comunicação a ser proferida no dia 22 de novembro de 2006, durante o «ENCONTRO OS SERTÕES – Espaços – tempos – movimentos», na Mesa-Redonda 5: O SERTÃO E SUAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES, tendo como Coordenador o Prof. Dr. Jorge Siqueira (UFPE); expositores Prof. Dr. E. Diatahy B. de Menezes (UFC) e Prof. Dr. Willy Bolle (USP); e como Debatedor o Prof. Dr. Antonio Paulo Rezende (UFPE). Promovido por UFPE – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - Departamento de História – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – GRUPO DE PESQUISA: Poder e Relações Sociais, em Recife (PE), de 21 a 24 de novembro de 2006. Versão nova.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

de nossa cultura popular: o **Sertão**. Todavia, talvez o mais específico deles todos, o autor de *Os Sertões*, incorporou a proposta oitocentista de Hippolyte Taine, precursor da sociologia da arte e da literatura, que fundamentava a explicação dessas manifestações pelo estudo de três ordens de fatores: o *meio*, a *raça* e o *momento histórico*. Na minha leitura, porém, constato no programa, não propriamente um antagonismo, mas antes um contraponto, com bastante convergência, entre as contribuições dos conhecimentos científicos e as concepções que emergem ou são construídas dos e pelos saberes estéticos e populares, tais como costumam ser examinados na perspectiva das ciências humanas, em especial a Literatura, a Antropologia e a História.

É a partir dessa perspectiva que pretendo demarcar meus posicionamentos preliminares, antes de entrar na temática desta mesa-redonda, na segunda parte de minha exposição. Ou seja, fixar desde logo pontos de partida ou princípios que constituam um como horizonte conceptual, de onde podem ser suscitadas certas reflexões pertinentes à nossa discussão.

Todavia, para explicitar melhor minha posição, quero sugerir alguma definição de termos que estarei a usar aqui, tais como: ‘imaginário’ e ‘Sertão’. Portanto, comecemos por dizer que se deve entender por **imaginário**.

a) O imaginário

Quase sempre impreciso ou mal definido, este termo plurívoco constitui decerto uma perspectiva relativamente nova de nossos estudos, embora haja quem o considere como mais um dos modismos intelectuais de anos recentes. Uma coisa, porém, é certa: na renovação de seu uso há algo de substancialmente inovador e fecundo, para além do efêmero e da leviandade das modas. A velha psicologia racionalista considerava a imaginação como a “louca da casa” e a tinha por sinônimo de falsa, irreal, ilusória, fictícia, fantástica, fabulosa, quimérica, etc.: sinonímia prenhe de conotações negativas. Assim, o *imaginário* permanece, com freqüência, contraposto ao *real*. Ora, a reflexão mais consistente propõe hoje substantivar positivamente esse termo de modo a considerar o imaginário como uma função instituinte da *auto-poiesis* do espírito humano, como abertura para a experiência inovadora, como o operador criativo em todos os campos do pensamento e da ação: filosofia, ciência, técnica, arte, religião, política, etc.

Inúmeras fontes que tenho examinado ao longo de minhas pesquisas e reflexões² me levaram à convicção de que o tema do imaginário constituía não só uma chave de interpretação para a maioria das manifestações do espírito humano em geral, mas também uma categoria básica para análise da cultura sertaneja. Todavia, para os propósitos de minha exposição, Jacques Le Goff constitui inegavelmente um guia mais seguro nesse território. Eis que ele declara no prefácio de sua derradeira obra sobre o imaginário medieval: «Uma dimensão da história, desde alguns anos, tem retido cada vez mais a minha atenção: a do *imaginário*.» Mas, depois de tentar defini-la com relativa precisão, ele próprio se questiona: «Por que então um novo domínio da história, o do imaginário?» É dele também a tentativa de resposta que cito resumidamente:

«Antes de mais nada, porque cada vez mais os historiadores percebem que tudo na vida dos homens e das sociedades está também na história e depende de um aprofundamento histórico. (...) O imaginário alimenta e faz o homem agir. É um fenômeno coletivo, social, histórico. *Uma história sem imaginário é uma história mutilada, desencarnada*. (...) Estudar o imaginário de uma sociedade é ir ao fundo de sua consciência e de sua evolução histórica. É ir à origem e à natureza profunda do homem... E acredito que a nova importância do imaginário se desenvolverá ainda no domínio da ciência histórica e da ciência *tout court*.»³

Na verdade, essa vertente interpretativa mais recente - que inclui uma gama variada de estudiosos como E. Cassirer, G. Bachelard, J.-P. Sartre, C. G. Jung, P. Ricœur, G. Durand, G. Duby, J. Le Goff, P. Veyne, P. Brown, etc., ou seja, filósofos, psicanalistas, antropólogos, historiadores - tem levado a uma reabilitação da categoria do imaginário, fato que se expressa significativamente na sua mutação de adjetivo para *substantivo*, e cuja riqueza aponta na direção de uma semântica especial. Eis por que Bachelard insistia: «O vocábulo fundamental que corresponde à imaginação não é imagem, é imaginário. Graças ao imaginário, a imaginação

² Eu poderia mencionar desde logo o denso ensaio do medievalista russo Aaron J. Gourevitch sobre *As Categorias da Cultura Medieval*. Cf.: *Les Catégories de la Culture Médiévale*. Tradução do russo por Hélène Courtin e Nina Godneff. Prefácio de Georges Duby. Paris: Gallimard, 1983.

³ Cf.: LE GOFF, Jacques: *L'Imaginaire Médiéval*. Paris: Gallimard, 1985, pp. I-XXI [grifo meu].

é essencialmente aberta, evasiva. *Ela é no psiquismo humano a própria experiência da abertura, a própria experiência da novidade.* »³

Já no nível de análise adotado por Gilbert Durand, o imaginário é considerado como «o conjunto das imagens e das relações de imagens que constitui o capital pensado do *homo sapiens*» [e que lhe parece] «como o grande denominador fundamental em que se encaixam todos os procedimentos do pensamento humano. O Imaginário é essa encruzilhada antropológica que permite esclarecer determinado processo de uma ciência humana por outro processo de tal outra. (...) Para poder falar com competência do Imaginário, é mister não confiar nas exigüidades ou nos caprichos de sua própria imaginação, mas possuir um repertório quase exaustivo do Imaginário normal e patológico em todas as camadas culturais que nos propõem a história, as mitologias, a etnologia, a lingüística e as literaturas.»⁴

Mas voltemos a Jacques Le Goff. Em sua tentativa de delimitar a noção de imaginário, cujo domínio deva ser cuidadosamente distinguido das *representações* e das *ideologias*, ele busca confrontá-la com certos conceitos que gravitam em torno de seu campo semântico e com ela se confundindo.

Efetivamente, o primeiro conceito a recortar o domínio do imaginário é o de *representação*: «Este vocábulo, - afirma Le Goff -, muito geral, engloba toda tradução mental de uma realidade exterior percebida. A representação está ligada ao processo de abstração. A representação de uma catedral é a idéia de catedral. O imaginário faz parte do campo da representação. Mas ele ocupa aí a parte da tradução não-reprodutora, não simplesmente transposta em imagens do espírito, mas sim, criadora, poética no sentido etimológico. (...) Mas se o imaginário ocupa apenas uma fração do território da representação, ele o extravasa, no entanto. A fantasia, no sentido forte da palavra, arrasta o imaginário para além da representação intelectual.»

O *simbólico* constitui o segundo conceito de que é preciso distinguir o imaginário: «Só se pode falar de simbólico quando se reporta o objeto considerado a um sistema de valores subjacente, histórico ou

⁴ Cf.: *L'Air et les Songes*. Paris: Corti, 1943, p. 7 [grifado por mim].

⁵ Cf.: DURAND, Gilbert. *Les Structures Anthropologiques de l'Imaginaire*. Paris: Dunod, 1969: 12-13.

ideal. Os reis de França dos portais das catedrais são a atualização dos antigos reis de Judá (ou inversamente). A mulher de olhos vendados da escultura gótica é o emblema da Sinagoga. » Assim como uma corrente partida é, para nós, o símbolo da libertação. No entanto, esses exemplos mostram como essas duas categorias podem unir-se e até recobrir-se parcialmente, «sem que seja preciso renunciar a distingui-las, justamente para melhor pensá-las.»

Finalmente, faz-se necessária a distinção entre o imaginário e o *ideológico*: «O ideológico é investido por uma concepção do mundo que tende a impor à representação um sentido que perverte tanto o “real” concreto quanto este outro real que é o “imaginário”. É justamente pelo golpe de força que ele executa em relação ao “real”, estrangido a entrar num quadro conceptual preconcebido, que o ideológico possui certo parentesco com o imaginário. Quando os clérigos da Idade Média exprimem a estrutura da sociedade terrestre pela imagem dos dois gládios, do temporal e do espiritual, do poder Real e do poder Pontifical, eles não descrevem a sociedade, mas sim, impõem-lhe uma imagem destinada a bem separar clérigos e leigos, e a estabelecer entre eles uma hierarquia, pois o gládio espiritual é superior ao temporal. (...) Qualquer que seja a parte de invenção conceptual que eles encerrem, os sistemas ideológicos, os conceitos organizadores da sociedade forjados pelas ortodoxias reinantes (ou por suas adversárias) não constituem sistemas imaginários propriamente ditos. Mas aí também é difícil traçar a fronteira. »⁶

b) O sertão

Quanto ao segundo termo que me propus examinar nestas notas preliminares, o «**Sertão**», não apresenta menor dificuldade em sua conceituação. Prefiro usá-lo com maiúscula. Quero deixar claro desde logo que pretendo designar com ele todo esse vasto território sociogeográfico cuja formação histórica se deu paralelamente à civilização dominante no litoral brasileiro e que, no caso específico do grande mediterrâneo semi-árido, que me interessa mais de perto, ocupa a maior parte dessa imensa região caracterizada por três zonas mais ou menos bem definidas: a Mata,

⁶ Cf.: LE GOFF, Jacques. Op. cit., pp. I-III.

o Agreste e o Sertão⁷. Assim, pelo menos para o caso da referida região, uma maneira relativamente simples e curiosa de estabelecer os limites desse território seria retrazar sobre a carta do Brasil o espaço circunscrito pelas andanças e aventuras do bando de Lampeão. Mas que território é esse que serviu de palco à epopéia de Canudos, a ponto de ascender - sob forma plural - à honra de título do clássico de Euclides da Cunha? Ou que mereceu ocupar um terço dos *Capítulos de História Colonial*, de J. Capistrano de Abreu, uma das primeiras grandes obras da historiografia moderna brasileira? Certamente, qualquer resposta sistemática e cabal excederia os limites de um simples comentário. Adotarei, pois, a via mais curta, ou, teria mesmo a tentação de dizer, a *vereda*, servindo-me do auxílio de alguns instrumentos. Destes, uma das fontes mais antigas e mais fidedignas é por certo o vetusto e bom dicionário de Antonio Moraes Silva, de que respigo a primeira informação léxica:

«*SERTÃO*, s. m. O interior, o coração das terras, oppõe-se ao *marítimo*, e *costa*; v.g. *Cidade do sertão*; *mercadores do sertão*. Fernão Lopes CASTANHEDA (*Historia da India*. 2, f152. B 1. 3. 8): “o rio tem seu nascimento no *sertão da terra*”. §. fig. Bem pelo *sertão* dentro de *hum pensamento*. *Cam. Filod.* 2. 2. §. O *sertão* toma-se por mato longe da costa. § *O sertão da calma*; i. é, lugar onde ella he mais ardente. Francisco Rodrigues LOBO (*Na Corte na Aldeia*). “metendo-se pelo *sertão da calma*, que naquelle tempo fazia”. »⁸

«*Sertão* - Forma aferética de *desertão*, segundo Maximino Maciel, *Gramática Descritiva*, p. 44. É de explicação difícil o ensurdecimento do s sonoro. »⁹

«*Sertão*, s. m. - região agreste, distante das povoações ou das terras cultivadas. No século XV: *sertão* e *sertão*. De etimologia obscura. *Sertanejo* é do século XVII e *sertanista*, do século XX »¹⁰.

⁷ Cf., por exemplo, o trabalho de: ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*, 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

⁸ Cf. MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da Lingua Portuguesa*, 2ª ed., t. segundo F – Z. Lisboa: Na Typographia Lacérquina, 1813, p. 693.

⁹ NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955, 1º vol., p. 466. (2ª tiragem da 1ª edição).

¹⁰ CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 718.

Camões, n' *Os Lusíadas*, utiliza o termo no sentido de «lugar interior, inculto e despovoado: deserto, desertão, sertão»: «A gente do sertão, que as terras anda ». (c. X, 134, 5)¹¹.

Era certamente nessa última acepção que o estudioso norte-americano, Roy Nash (ou o seu tradutor), empregava esse termo quando, em 1926, iniciava seu excelente livro sobre o Brasil pela afirmação:

«Quando Cabral tocou a fímbria de suas praias, em 1500, tudo era mata virgem, cerrada; hoje, três quartos do Brasil são ainda sertão»¹².

Não é minha intenção alimentar essa polêmica etimológica do termo *Sertão*. Todavia, há curioso tópico de seu *À Margem da História do Ceará*, onde Gustavo Barroso, que era bom lexicógrafo, discorda da origem tradicionalmente apontada. Após mostrar que desde o início da colonização portuguesa a palavra era usada para designar as terras interiores, por oposição ao litoral e que os portugueses já a haviam aplicado com o mesmo sentido na África, no Oriente e no próprio Reino, ele percorre os clássicos dicionários da língua (Morais Silva, Domingos Vieira, Figueiredo, Aulete, Nascentes, etc.), para concluir que se o termo fosse a forma aferética de *desertão* (terra longínqua, despovoada), restaria ainda a difícil explicação do ensurdecimento do *s* sonoro, conforme assinala Nascentes. Em seguida, sustenta ser essa dificuldade natural, pois é outra a origem do termo. Lembra então que, pelo menos até o século XVIII, a palavra escreveu-se mais corretamente com *c*, e já no século XVI era usada para as regiões interiores em Portugal, absolutamente nada desertas. Além disso, embora repetindo a mencionada etimologia, a maioria dos dicionaristas define o vocábulo como significando *mato ou floresta longe da costa*. Enfim, assevera que o segredo de sua origem está no *Dicionário da língua Bunda de Angola*, do erudito frei Bernardo M^a de Carnecatim, edição da Impressão Régia, Lisboa, 1804: vem registrado aí o vocábulo *muceltão*, seguido da forma decepada *celtão* e da corrompida *certão*, cujo significado vem definido em latim como *locus mediterraneus*, i. é, o interior, sítio longe da costa. Segundo frei Bernardo de Carnecatim,

¹¹ PEIXOTO, Afrânio & PINTO, Pedro A. *Dicionário d'Os Lusíadas de Luís de Camões*. Sociedade de Estudos Camonianos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924, p. 535.

¹² Cf.: *A Conquista do Brasil*. Col. "Brasiliana" n° 150. São Paulo: Comp. Edit. Nac., 1950, p. 13.

os termos *muceltão*, *celtão* e *certão*, corruptelas de influência lusa do puro angolano *mbunda* ou simplesmente *bunda*: *michitu* ou *muchitu*, através de *muchitum* por nasalação dialetal, significando *mato*, que era empregado no interior da África Portuguesa.

Mais relevante, porém, do que essa engenhosa descoberta é sua afirmação: «Nenhuma palavra mais ligada à história do Brasil, sobretudo à do Nordeste, do que a palavra sertão. (...) O termo sertão penetra fundamente na história e na vida do povo brasileiro. Reflete-se de modo extraordinário no seu folclore e na sua literatura, por onde espalha todos os seus derivados.»¹³. Com efeito, é suficiente lembrar obras de autores do passado como o *Sertão* de Coelho Neto, *Pelo Sertão* de Afonso Arinos ou *Os Sertões* de Euclides da Cunha. É, pois, nessa perspectiva, que o reconhece na sua qualidade de lugar privilegiado de nosso imaginário coletivo, que esse termo será aqui considerado.

No meu entender, contudo, a melhor elaboração do seu sinuoso significado existencial e profundo, (que constitui o título e o primeiro elemento central - o outro é Satã ou o Diabo - dessa obra extraordinária que é *Grande Sertão: Veredas*), é fornecida mediante uma tessitura em contraponto que se faz aos poucos, lentamente, fio a fio, ao longo da narrativa, sobretudo pelos recorrentes e renovados comentários de Riobaldo, dos quais, para não me alongar ainda mais, forneço a seguir apenas pequena amostra:

«Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com astúcia. Deus mesmo quando vier, que venha armado!»

«Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso... »

«O sertão é do tamanho do mundo.»

«Sertão é o penal, criminal. Sertão é onde homem tem de ter a dura nuca e mão quadrada. »

«Sertão é isto, o senhor sabe: tudo incerto, tudo certo.»

«Ah, mas, no centro do sertão, o que é doideira às vezes pode ser a razão mais certa e de mais juízo.»

«Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor pelos lados. Sertão é quando menos se espera; digo. »

¹³ Cf.: BARROSO, Gustavo. «*Vida e História da Palavra Sertão*», op. cit., 3ª. ed., v. I. Fortaleza: ABC Editora, 2004, pp. 9-12.

«E nisto, que conto ao senhor, se vê o sertão do mundo. Que Deus existe, sim, devagarinho, depressa. (...) O grande-sertão é a forte arma. Deus é um gatilho?»

«Rebulir com o sertão, como dono? Mas o sertão era para, aos poucos e poucos, se ir obedecendo a ele; não era para à força se compor. Todos que malmontam no sertão só alcançam de reger em rédea por uns trechos; que sorrateiro o sertão vai virando tigre debaixo da sela. »

«O sertão é bom. Tudo aqui é perdido, tudo aqui é achado... O sertão é confusão em grande demasiado sossego... »

«*O sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a caatinga.*»

«O sertão não tem janelas nem portas. E a regra é assim: ou senhor bendito governa o sertão, ou o sertão maldito vos governa... »

«A esses muito desertos, com gentinha pobrejando. Mas o sertão está movimentante todo-tempo - salvo que o senhor não vê; é que nem braços de balança, para enormes efeitos de leves pesos... »

«O sertão não chama ninguém às claras; mais, porém, se esconde e acena. Mas o sertão de repente se estremece debaixo da gente... »

«Sertão velho de idades. (...) Ali envelhece vento. »

«Sei o grande sertão? Sertão: quem sabe dele é urubu, gavião, gaivota, esses pássaros: eles estão sempre no alto, apalpando ares com pendurado pé, com o olhar remedindo a alegria e as misérias todas... »

«O sertão me produz, depois me engoliu, depois me cuspiu do quente da boca...»

«Conheci. Enchi minha história. Até que, nisso, alguém se riu de mim, como que escutei. O que era um riso escondido, tão exato em mim, como o meu mesmo, atabafado. Onde desconfiei. Não pensei no que não queria pensar: e certifiquei que isso era idéia falsa próxima; e, então, eu ia denunciar nome, dar a cita: *Satanão! Sujo!*...e dele disse somente – *S...* – *Sertão...* *Sertão...* »¹⁴

Por certo, uma análise de perfil estrutural e semiológico desse discurso pleno de filosofia e que se expressa ao gosto popular mediante aforismos e parêmias, desvelaria a imensa riqueza desse material. Mas essa seria outra tarefa. Passo, pois, à parte central de minha exposição.

¹⁴ Cf.: ROSA, João Guimarães: *Grande Sertão: Veredas*. ("O diabo na rua, no meio do redemoinho..."), 12ª ed.. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978, respectivamente, pp. 17-8, 22, 59, 86, 121, 217, 218, 260, 284, 343, 370, 374, 391, 395, 410, 435, 443, 448 [trecho grifado por mim].

II

Imaginário e horizonte cultural dos sertões

«O Sertão é o nervo e o osso do Nordeste. E o Nordeste é o centro do Brasil. Não podemos nos esquecer que do Nordeste para Minas corre um eixo que, não por acaso, segue o curso do rio da unidade nacional, o São Francisco. E a esse eixo o Brasil tem de voltar de vez em quando, se não quiser se esquecer de que é Brasil. Então o Brasil é o centro do Terceiro Mundo, o Nordeste é o centro do Brasil e o sertão é o centro do Nordeste ».

Ariano SUASSUNA

[Entrevista à revista *PALAVRA*, Ano I, n.º 10, Jan.-Fev. 2000]

«Há que não esquecer um aspecto tipicamente brasileiro do regionalismo: o sertanismo, a valorização e idealização do sertão e do tipo do sertanejo. Desde o movimento romântico, e sucedendo ao indianismo, esse filão atravessa de ponta a ponta o nosso regionalismo. »

Afrânio COUTINHO [1986: 237]

Acredito que seria boa metodologia, antes de começar a expor meus comentários, proceder a uma espécie de recolha de trechos significativos extraídos, sem preocupação de ordem, hierarquia ou cronologia, de várias fontes expressivas da inteligência brasileira em sua errância criativa e em seu confronto com o real, que se vai construindo na medida mesma desse processo modelador de nossa formação sócio-histórica. Vai, pois, a seguir tal *analecto* a modo de documentário, em seus aspectos tanto positivos quanto negativos¹⁵.

• Provavelmente o primeiro documento do que viria a ser o Ceará foi escrito em 1608, pelo missionário padre Luís Figueira, companheiro de infortúnio do jesuíta Francisco Pinto; ele registra aí as impressões iniciais sobre os índios deste território e seus costumes. Não obstante, a terra se mostra melhor na descrição da obra do sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo Campos Moreno, escrita em 1612, com base em dados fornecidos pelo governador Diogo de Meneses ou nas cartas enviadas por este ao Rei:

¹⁵ Que me seja perdoado o fato de me prender talvez mais à província natal (o Ceará), em virtude de melhor conhecimento que dela possuo.

«A terra de esta capitania geralmente he terra fraqua, mas para gados e criações que para canaviaes e roças e as vezes faltão nelas chuvas, mas tem muytas partes em que se podem fazer fazendas, ainda que as agoas são rastras e os matos não são de madeiras tão reais como os da prahiba, mas não faltam as que oje podem ser necess.as, lenha não faltarão nunca. »¹⁶

• Na memória escrita em 1816, pelo ouvidor J. A. Rodrigues de Carvalho – atribuída ao coronel de engenheiros português, Antonio José da Silva Paulet –, dentre as razões do definhamento do Ceará ele arrola:

«Devem entrar em linha de conta a preguiça, o prejuizo de não servir homem forro, ainda que seja preto, a facilidade de se manter furtos de gado, a frequencia de crimes de morte, que perde logo dois homens, o morto e o agressor, que ordinariamente escapa não só pela fugida e dificuldade de se apanhar nos longos matos, mas pela indiferença com que os habitantes olham para o crime de morte e a prontidão com que acoitam e dão passagem aos criminozos. »¹⁷

• É interessante assinalar que o futuro senador, José Martiniano de Alencar – pai do romancista –, quando Presidente da Província (1834-1837), combateu incansavelmente «os facinorosos que infestavam o Interior», e procurou «fazer parar a torrente de bárbaros assassinatos que todos os dias sucediam na Capital»¹⁸. E George Gardner, ao passar por esta província à mesma época, constata: «O puxar da faca é o modo usual de liquidar desavenças nesta terra sem lei »¹⁹. Eis que sobrava razão a Capistrano de Abreu em sua lúcida observação sobre o crime no capítulo sobre o Sertão de sua obra principal: «Ladrão era e ainda é hoje o mais afrontoso dos epítetos: a vida humana não inspirava o mesmo acatamento»²⁰.

¹⁶ Diogo Campos MORENO. «Livro da Rezão do Estado do Brasil», *Revista do Instituto do Ceará*, t. 22, 1903, p. 194. [Em transcrição moderna, há edição crítica, com introdução e notas de Helio Vianna: *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955, p. 210].

¹⁷ «Descrição geographica abreviada da capitania do Ceará», RIC, t. XII, 1989, p. 13.

¹⁸ Cf. Paulino NOGUEIRA. «Presidentes do Ceará, 7.º Presidente, José Martiniano de Alencar», RIC, t. XIII, 1899, pp. 47-106.

¹⁹ *Viagens no Brasil*. «Brasiliana – 223». São Paulo: Cia. Edit. Nacional, 1942, p. 146.

²⁰ Capítulos de História Colonial, 1500-1800. [1954: 224 – grifado por mim].

• Se passarmos ao século XX, a razão permanece com Capistrano. Com efeito, recolho do jornal *O POVO*, o mais importante do Ceará, duas expressivas notícias registradas pelo quotidiano há 80 anos dos dias 14 e 20 de janeiro de 1928, respectivamente:

O banditismo no Ceará

«Recebemos o seguinte telegrama de Belmonte, em Pernambuco, assinado por **Joaquim Amaro, Francisco Amaro e Amaro Araújo**: Apelamos para a imprensa, no sentido de ser feita a defesa das propriedades ameaçadas pelo vandalismo do Governo cearense. Estamos refugiados em Pernambuco, para não sermos assassinados pelos bandidos e sujeitos ao chicote do chefe político do município de Brejo Santo. O governador do Ceará, **Moreira da Rocha**, empresta todo apoio ao crime, fornecendo força pública e garantindo a impunidade. »

Açudes que não irrigam

Para quem viaja pelos sertões, depois de escutar os clamores do nordeste por açudes e barragens, uma circunstância fere o cearense. Existem construções levadas a termo, como o reservatório do Cedro e do Riacho do Sangue. Aquelas águas vivem contidas em suas barragens e servindo a uma área de proporções diminutas. São apenas águas mortas acumuladas dentro dos limites de suas barragens, fora dos quais, estende-se **o deserto do sertão**. [Grifado por mim].

• Mas, passemos a fontes mais amenas. Parece emblemático o fato de uma das obras mais expressivas de nossa prosa de ficção, já no “romantismo tardio”, *Inocência*, do Visconde de Taunay [1872], o seu capítulo inicial porte o título que segue e de que reproduzo pequeno trecho ilustrativo:

O sertão e o sertanejo

«Corta extensa e quasi despovoada zona da parte sul-oriental da vastissima provincia de Matto-Grosso a estrada que da villa de Sant’Anna do Parahyba vae ter ai sitio abandonado do Camapopan. Desde aquella povoação, assente proximo ao vertice do angulo em que confinam os territorios de S. Paulo, Minas-Geraes, Goyaz e Matto-Grosso até ai rio Sucuriú, affluente do magestoso Paraná, isto é, no desenvolvimento de muitas dezenas de leguas, anda-se commodamente, de habitação em habitação, mais ou menos chegadas umas ás outras; raream, porém, depois as casas, mais e mais, e

caminha-se largas horas, dias inteiros sem se ver moradia nem gente até ao *retiro* de João Pereira, guarda avançada daquellas solidões, home chão e hospitaleiro, que acolhe com carinho o viajante desses alongados paramos, offerece-lhe momentaneo agasalho e o provê de matalotagem precisa para alcançar os campos do Miranda e Pequiry, ou da Vaccaria e Nioac, no Baixo Paraguay.

Ali começa o sertão chamado *bruto*²¹ ».

• Contemporâneo deste, José de Alencar publica em 1875, aos 46 anos, seu romance da maturidade, *O Sertanejo*²², visto que morreria dois anos depois, a 12 de dezembro de 1877. Conforme ele assinala, a narrativa se inicia no “século passado”, a saber, em 1764, nos sertões de Quixeramobim, e de que dou alguns trechos:

A força dos potentados do sertão e as lutas de família

«Esta imensa campina, que se dilata por horizontes infindos, é o sertão de minha terra natal.

Aí campeia o destemido vaqueiro cearense, que à unha, de cavalo, acoisa o touro indômito no cerrado mais espesso, e o derriba pela cauda com admirável destreza.

Aí ao morrer do dia, reboa entre os mugidos das reses, a voz saudosa e plangente do rapaz que abóia o gado para recolher aos currais no tempo da ferra. (...)

Nessa época o sertão parece a terra combusta do profeta; dir-se-ia que por aí passou o fogo e consumou toda a verdura, que é o sorriso dos campos e a gala das árvores, ou seu manto, como chamavam poeticamente os indígenas. (...)

Apenas ao longe se destaca a folhagem de uma oiticica, de um jua-zeiro ou outra árvore vivaz do sertão, que elevando a sua copa virente por sobre aquela devastação profunda, parece o derradeiro arranco da seiva da terra exausta a remontar ao céu. (...)

Quem pela primeira vez percorre o sertão nessa quadra, depois de longa seca, sente confranger-se-lhe a alma até os últimos refolhos em face dessa inanição da vida, desse imenso *holocausto da terra*.

Das correntes caudais restam apenas os leitos estanques, onde não se percebe mais nem vestígio da água que os assoberbava. Sabe-se que ali houve um rio...

²¹ Visconde de TAUNAY. *Innocencia*, vigésima edição brasileira, ilustrada por F. Richter. São Paulo: Melhoramentos, 1936, pp. 1-2.

²² José de ALENCAR. In *Ficção Completa e Outros Escritos*, v. III. Biblioteca Luso-Brasileira. Ed. org. com a colaboração de M. Cavalcanti Proença. Rio: Aguilar, 1965, pp. 525-736.

É nos estuários dessas aluviões do inverno, conhecidos com o nome de várzeas, onde se conserva algum vislumbre, que parece haver de todo abandonado a terra. Aí se encontram, semeadas pelo campo, touceiras erriçadas de puas e espinhos em que se entrelaçam os cardos e as carnaúbas. Sempre verdes, ainda quando não cai do céu uma só gota de orvalho, estas plantas simbolizam no sertão as duas virtudes cearenses, a *sobriedade* e a *perseverança*. [527-530]

(...)

Datava do fim do século dezessete a primeira fundação da herdade ou fazenda, como já então se entrava a chamar esses novos solares que os fidalgos de fortuna iam assentando nas terras de conquista, à semelhança do que outrora o haviam feito no reino outros aventureiros, também enobrecidos pelo valor e pelas façanhas. (...)

Nessa ocupação do solo, a cobiça de envolta com o orgulho gerou as lutas acérrimas e encarniçadas que durante o século dezoito assolaram a nascente colônia.

Entre todas, avulta a guerra de extermínio das duas poderosas famílias dos Montes e Feitosas²³, que se acabou pelo aniquilamento da primeira. Desta bárbara contenda ficou sinistra memória não só na crônica da província, como no escólio de sua topografia.

(...)

Os sertanejos ricos daquele tempo eram todos de orgulho desmedido. Habitando um extenso país, de população muito escassa ainda, e composta na maior parte de moradores pobres ou de vagabundos de toda a casta, o estímulo da defesa e a importância de sua posição bastariam para gerar neles o instinto do mando [*sic*], se já não o tivessem da natureza.

Para segurança da propriedade e também da vida, tinham necessidade de submeter à sua influência essa plebe altanada ou aventureira que o cercava, e de manter no seio dela o respeito e até mesmo o temor. Assim constituíam-se pelo direito da força uns senhores feudais, por

²³ Nota de J. A.: Não falaria o autor dessas lutas, se elas não pertencessem à história. Nessa referência não vai, porém, a menor alusão à importante família de Inhamuns. Não é ela responsável por excessos de que outrora acusaram seus parentes; além de que *tais excessos eram próprios do tempo*, e piores praticaram na Europa os ascendentes de muitas das principais famílias.

O autor não podia referir-se senão com simpatia a uma família de que é chefe seu amigo, o Coronel Joaquim Leopoldino de Araújo Chaves, cujos serviços no tempo da guerra não foram remunerados nem pelos liberais, seus correligionários, nem pelos conservadores. Como ele, foram esquecidos muitos outros comandantes superiores de ambos os partidos, por terem o pecado original de serem Cearenses. [*Observe-se a compreensão objetiva que expressa José de Alencar a propósito da dura e violenta ordem social do Sertão, bem como a sua ironia a respeito das discriminações de que já padeciam então seus conterrâneos.* – **Nota e grifo meus**].

ventura mais absolutos do que esses outros de Europa, suscitados na Média Idade por causas idênticas. Traziam séqüitos numerosos de valentões; e entretinham a soldo bandos armados, que em certas ocasiões tomavam proporções de pequenos exércitos.

Estes barões sertanejos só nominalmente rendiam preito e homenagem ao rei de Portugal, seu senhor suserano, cuja autoridade não penetrava no interior senão pelo intermédio deles próprios. Quando a carta régia ou a provisão do governador levava-lhes títulos e patentes, eles a acatavam; mas se tratava-se de cousa que lhes fosse desagradável não passava de papel sujo.

Não davam conta de suas ações senão a Deus; e essa mesma era uma conta de grão-capitão, como diz o anexim, por tal modo arranjada com o auxílio do capelão devidamente peitado, que a consciência do católico ficava sempre lograda. Exerciam soberanamente o direito de vida e de morte, *jus vitæ et necis*, sobre seus vassallos, os quais eram todos quantos podiam abranger o seu braço forte na imensidade daquele sertão. Eram os únicos justiceiros em seus domínios, e procediam de plano, sumariamente, sem apelo nem agravo, em qualquer das três ordens, a baixa, a média e a alta justiça. Não careciam para isso de tribunais, nem de ministros e juizes; sua vontade era ao mesmo tempo a lei e a sentença; bastava o executor.

Tais potentados, nados e crescidos no gozo e prática de um despotismo sem freio, acostumados a ver todas as cabeças curvarem-se ao seu aceno, e a receberem as demonstrações de um acatamento timorato, que passava de vassalagem e chegava à superstição, não podiam, como bem se compreende, viver em paz senão isolados e tão distantes, que a arrogância de um não afrontasse o outro» [541-561].

• Transitemos de imediato para o relato de um acontecimento histórico altamente significativo e de valor exemplar. Posto esteja registrado em documentos arquivísticos e em relatórios científicos, prefiro dar a palavra a um narrador ficcional, que o narra de modo fiel e saboroso. Domingos Olympio, seu autor, nascido em Sobral em 1850, tendo aí exercido as funções de promotor público de 1873 a 1878, fora testemunha ocular da maior seca dos Sertões no século passado (1877-1880) - tragédia que esfacelou a economia do semi-árido e da província do Ceará em especial -, tomou esse quadro para ambientar a dilacerante experiência de seu célebre romance *Luzia-Homem* [Rio, 1903]. Já quase no final do livro, Raulino, personagem que é um imoderado contador de casos, recorda o acontecido:

«- Era por volta da era de sessenta. Não me lembro bem o ano; só sei que eu era rapazote, pelo tope dos doze. Andava por estes sertões uma comissão de doutores, observando o céu com óculos de alcance, muito complicados, tomando medida das cidades e povoações e apanhando amostras de pedras, de barro, ervas e matos, que servem para mezinhas, borboletas, besouros e outros bichos.

Os maiores dessa comissão eram homens de saber, Capanema, Gonçalves Dias, Gabaglia, um tal de Freire Alemão, e um doutor médico chamado Lagos e outros. Andavam encourados como nós vaqueiros; davam muita esmola e tiravam, de graça, o retrato da gente, com uma gerigonça, que parecia arte do demônio. (...). Uma tarde, chegaram, ao pôr do sol, à fazenda do velho. Iam no rumo da gruta do Ubajara. Aboletaram-se no copiar, derrubando o comboio, que era um estandarte de malas, instrumentos, espingardas, na casa dos passageiros. Depois de jantarem um bom traçalho de carne de vaca gorda que parecia um leitão, assada no espeto, algumas linguiças e um chibarro aferventado com pirão escaldado, armaram as redes nos esteios. Veio a noite, clara como dia, sem uma nuvem no céu, liso como espelho. Convidava mesmo a gente a dormir na fresca do alpendre. Ali pelas sete horas, disse a eles o velho: “Achava melhor vossas senhorias passarem cá para dentro, porque vem aí um pé-d’água de alagar”. Ora, os doutores, que sabiam tudo e adivinhavam pelas estrelas as mudanças de tempo, zombaram do aviso; saíram para o terreiro e olharam para o céu, sempre limpo e claro, para verem o que diziam as estrelas. O mais sabido deles, o doutor Capanema, disse que o velho estava sonhando com chuva, mania de sertanejos, que não pensam noutra coisa. Teimaram em ficar no alpendre, embora o velho continuasse a assegurar que se arrependeriam. Quando estavam ferrados no sono, ali pelas onze horas, acordaram debaixo d’água e correram com a rede nas costas, em procura de abrigo dentro de casa, todos admirados uns dos outros, como haviam mangado do velho. De manhã, antes de deixarem o rancho, foram agradecer a hospedagem, e um deles perguntou ao velho: “Como é que vossa senhoria percebeu sinais de chuva, que escaparam a nós outros científicos, envergonhados do quinau de mestre que nos deu?” O velho sorriu, e respondeu: “É muito simples. Tenho ali, no cercado, um burro velho que, quando se está formando chuva, rincha de certo modo: é aquela certeza. A chuva vem sem demora. Foi por isso que avisei a vossa senhoria”. O tal de Gonçalves Dias, pequenino, muito ladino e esperto, começou a

bulir com os outros, dizendo a eles: “Estamos numa terra, onde burros sabem mais que astrônomos”. »²⁴

• Mais de um século depois desse fato, uma reportagem do jornal *O POVO*, de Fortaleza, 3 de outubro de 1994, período eleitoral, com uma grande foto – retratando o ambiente quase inalterável do Sertão central do Ceará (Várzea Redonda, lugarejo situado na fronteira dos municípios de Senador Pompeu e Quixeramobim) e tendo em primeiro plano a figura de um sertanejo típico, sandália japonesa, chapéu de palha sobre a cabeça – trazia a legenda: «*Sebastião Genoino, pai do deputado federal José Genoino (PT-SP), segura uma coxa de bode, ao lado do seu cão Magro*». No texto, uma declaração sua expressa o baixo nível de cidadania da maioria do povo brasileiro e o do Sertão em especial: «*Tem o tal do Lula que o pessoal diz que o cabra é bom, mas aqui nesse fim do mundo a gente nunca sabe direito. É um magote de candidato tão grande que a gente fica meio zozinho, sem saber em quem votar* ».

• Por outro lado, num dos capítulos finais de *Vidas Secas* [1938], intitulado incisiva e sumariamente «**Contas**», deparamo-nos com esta situação forte e significativa:

«Fabiano recebia na partilha a quarta parte dos bezerros e a terça dos cabritos. Mas como não tinha roça e apenas se limitava a semear na vazante uns punhados de feijão e milho, comia da feira, desfazia-se dos animais (...). Se pudesse economizar durante alguns meses, levantaria a cabeça. Forjara planos. Tolice, quem é do chão não se trepa (...). Pouco a pouco o ferro do proprietário queimava os bichos de Fabiano. E quando não tinha mais nada para vender, o sertanejo

²⁴ OLYMPIO, Domingos: *Luzia-Homem*, 4ª edição. São Paulo: Melhoramentos, s/d, pp. 203-204. Na verdade, ou o próprio romancista ou o editor censurou a fala do sertanejo que hospedou os membros da **Comissão Científica de Exploração**, pois nos seus relatos consta que o velho dissera que quando seu burro, no cercado, começava a suar os escrotos, era chuva na certa. Essa comissão, que percorreu a província entre 1859 e 1861, num período de seca, fora nomeada por D. Pedro II e se compunha de alguns dos melhores representantes da inteligência brasileira da época: Antônio GONÇALVES DIAS, que dirigiu a Comissão no início, seguindo, seis meses depois, para o Norte, onde realizou trabalhos de etnografia indígena; Francisco FREIRE ALEMAO, botânico e médico, que assumiu a direção dos trabalhos, recolheu cerca de 14 mil amostras de plantas, que estão no acervo do Museu Nacional, e publicou *A Flora Cearense* (1866); Giacomo RAJA GABAGLIA, astrônomo e geógrafo, que publicou o célebre *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da Província do Ceará* (1877); Manuel Ferreira LAGOS, médico e zoologista; Guilherme Schuch de CAPANEMA, engenheiro e físico, que instalou as primeiras estações meteorológicas no Brasil; e outros mais.

endividava-se. Ao chegar a partilha, estava encalacrado, e na hora das contas davam-lhe uma ninharia.

Ora, daquela vez, como das outras, Fabiano ajustou o gado, arrependeu-se, enfim deixou a transação meio apalavrada e foi consultar a mulher. (...). No dia seguinte Fabiano voltou à cidade, mas ao fechar o negócio, notou que as operações de sinhá Vitória, como de costume, diferiam das do patrão. Reclamou e obteve a explicação habitual: a diferença era proveniente de juros.

Não se conformou: devia haver engano. Ele era bruto, mas a mulher tinha miolo. Com certeza havia um erro...

O patrão zangou-se, repeliu a insolência, achou bom que o vaqueiro fosse procurar serviço noutra fazenda.

Aí Fabiano baixou a pancada e amunhecou. Bem, bem. Não era preciso barulho não. Se havia dito palavra à toa, pedia desculpa.

(...)

O amo abrandou, e Fabiano saiu de costas...

Olhou as cédulas arrumadas na palma, os níqueis e as pratas, suspirou, mordeu os beiços. Nem lhe restava o direito de protestar. Baixava a crista. Se não baixasse, desocuparia a terra, largar-se-ia com a mulher, os filhos pequenos e os cacarecos. Para onde? Hem? Tinha para onde levar a mulher e os meninos? Tinha nada.

Espalhou a vista pelos quatro cantos. Além dos telhados, que lhe reduziam o horizonte, a campina se estendia, seca e dura. Lembrou-se da marcha penosa que fizera através dela, com a família, todos esmolambados e famintos...

Se pudesse mudar-se, gritaria bem alto que o roubavam. Aparentemente resignado, sentia um ódio imenso a qualquer coisa que era ao mesmo tempo a campina seca, o patrão, os soldados e os agentes da prefeitura. Tudo na verdade era contra ele. Estava acostumado, tinha a casca grossa, mas às vezes se arreliava. Não havia paciência que suportasse tanta coisa.

- Um dia um homem faz besteira e se desgraça. »²⁵

• Dez anos antes [1928], outro romance do mesmo ciclo regionalista [José Américo de Almeida: *A Bagaceira*] nos dá mais um retrato sem retoques dessa mesma ordem social:

«Intimado a deixar a palhoça que ajudara a levantar, o caboclo coçou a cabeça e correu à casa-grande, com o chapéu debaixo do braço:

²⁵ RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*, 19ª ed. São Paulo: Martins, 1967, pp. 117-121.

- Patrão, eu não me sujeito. O patrão sabe que eu não enjeito parada: sou um burro de carga. Mas porém, nascer pra estrebaria não nasci.

Dagoberto não quis saber de mais nada:

- Pois, por ali, cabra safado! Você não nasceu pra estrebaria que é de cavalo de sela: nasceu foi pra cangalha!

Xinane continuou a coçar a cabeça, como se procurasse despertar uma idéia:

- A gente bota um quinguingu; quando é agora, o patrão, sem quem mais...

E, implorativamente:

- Quando acaba, foi a canseira arranhando com o caco de enxada. Patrão, minha rocinha, atrás do rancho! E a rebolada de cana!...

- O que está na terra é da terra!

Era essa a fórmula de espoliação sumaríssima.

- Patrão, mande suas ordens. Dá licença que leve os troços?

E o caboclo saiu, levando os cacarecos num braçado e 400 anos de servilismo na massa do sangue. »²⁶

• Derradeiro texto para enriquecer a expressividade deste painel fragmentado, à guisa de mosaico, de nosso imaginário social do Sertão. Trago aqui a presença de Monteiro Lobato, cujo artigo «Velha Praga» [1914] constitui, em sua opinião, “a verdadeira mãe dos *Urupês*”, livro que celebrizou o escritor nacionalmente, e que em suas sucessivas edições o incorporou ao texto, visto que “não era justo separar a mãe do filho”:

«Andam todos, em nossa terra, por tal forma estonteados com as proezas infernais dos belacíssimos “vons” alemães, que não sobram olhos para enxergar males caseiros.

Venha, pois, uma voz do sertão dizer às gentes da cidade que se lá fora o fogo da guerra lavra implacável, fogo não menos destruidor devasta nossas matas com furor não menos germânico.

Em Agosto, por força do excessivo prolongamento do inverno, “Von Fogo” lambeu montes e vales, sem um momento de tréguas...

A Serra da Mantiqueira ardeu como ardem aldeias na Europa, e é hoje um cinzeiro imenso, entremeado, aqui e acolá, de manchas de

²⁶ Cf.: 13ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, pp. 10-11. Um reparo: é óbvio que dizer “na massa do sangue” possui inegável efeito estético e literário, embora redunde em biologizar a questão; qualquer antropólogo ou historiador sabe que se trata aí de códigos socioculturais que regulamentam o ordenamento dessas relações por tanto tempo e nada tem a ver com a genética ou o sangue.

verduras – as restingas úmidas, as grotas frias, as nesgas salvas a tempo pela cautela dos aceiros. Tudo mais é crepe negro. (...)

Preocupa a nossa gente civilizada o conhecer em quanto fica por dia, em francos e cêntimos, um soldado em guerra; mas ninguém cuida de calcular os prejuízos de toda sorte provindos de uma assombrosa queima destas. As velhas camadas de húmus destruídas; os sais preciosos que, breve, as enxurradas deitarão fora, rio abaixo, via oceano; o rejuvenescimento florestal do solo paralisado e retrogradado; a destruição das aves silvestres e o possível advento de pragas insetiformes; os vedos e aramados perdidos; o gado morto ou depreciado pela falta de pastos; as cento e uma particularidades que dizem respeito a esta ou aquela zona, e, dentro dela, a esta ou aquela situação agrícola...

Isto, bem somado, daria algarismos de apavorar; infelizmente, no Brasil, subtrai-se; somar ninguém soma... (...)

Qual é a causa da renitente calamidade?

É mister um rodeio para chegar lá.

A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro... Poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre as variedades do *Porriago decalvans*, o parasita do couro cabeludo produtor da “pelada”, pois que, onde ele assiste, se vai despojando a terra de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada. Em quatro anos, a mais ubertosa região se despe dos jequitibás magníficos e das perobeiras milenárias, seu orgulho e grandeza, para, em achincalhe crescente, cair em capoeira, passar desta à humildade da vassourinha e, decaindo sempre, encruar definitivamente na desdita do sapezeiro...

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização mas que vive à beira dela, na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo, em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a conservar-se fronteiro, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se.

É de vê-lo abordar a um sítio novo para nele armar a sua arapuca de “agregado”; nômade por força de vagos atavismo, não se liga à terra, como o campônio europeu: “agrega-se”... Vem de um sapezeiro para criar outro...

Chegam silenciosamente, ele e a “sarcopta” esposa, esta com um filhote no útero, outro ao peito, outro à orelha da saia, já de pito na boca e faca à cinta. Completam o rancho um cachorro sarnento, Brinquinho, a foice, a enxada, a pica-pau, o pilãozinho de sal, a panela de barro, o santo encardido, três galinhas pevas e um galo índio. Com

estes simples ingredientes o fazedor de sapezeiros perpetua a espécie e a obra de esterilização iniciada com os remotíssimos avós.

Acampam. Em três dias uma choça, que por eufemismo chamam casa, brota da terra como um urupê. Tiram tudo do lugar, os esteios, os caibros, as ripas, os barrotes, o cipó que os liga, o barro das paredes e a palha do teto. Tão íntima é a comunhão dessas palhoças com a terra local, que dariam idéia de coisa nascida do chão, por obra espontânea da natureza – se a natureza fosse capaz de criar coisas tão feias.

Barreada a casa, pendurado o santo, está lavrada a sentença de morte daquela paragem. (...) quando o palmito escasseia, rareiam os tiros, só a caça grande merecendo sua carga de chumbo; se o palmital se extingue, exultam as pacas: está encerrada a estação venatória. Depois ataca a floresta. Roça e derruba, não perdoando ao mais belo pau. Árvores diante de cuja majestosa beleza Ruskin choraria de comoção, ele as derriba, impassível, para extrair o mel escondido num oco.

Pronto o roçado, e chegado o tempo da queima, entra em função o isqueiro. (...) É o fogo de mato. (...)

Quem foi o incendiário? Donde partiu o fogo?

Indaga-se, descobre-se o Nero: é um urumbeva qualquer, de barba rala, amoitado num litro de terra litigiosa. (...)

O caboclo é uma quantidade negativa. Tala cinqüenta alqueires de terra para extrair deles o com que passar fome e frio durante o ano. Calcula as sementeiras pelo máximo de sua resistência às privações. ...assim fez o pai, o avô; assim fará a prole empanzinada, que naquele momento brinca nua no terreiro.

Quando se exaure a terra, o agregado muda de sítio. No lugar fica a tapera e o sapezeiro. ...o mais se apaga como por encanto. A terra reabsorve os frágeis materiais da choça e, como nem sequer uma laranjeira ele plantou, nada mais lembra a passagem do Manoel Peroba, do Chico Maribondo, do Jeca Tatu ou outros sons ignaros, de dolorosa memória à natureza circunvizinha. »²⁷

Este texto forte de Lobato, fruto da época, merece um reparo: a denúncia das queimadas como procedimento agrícola é justa, mas a análise em seus conceitos equivocados vale por uma antologia da mentalidade de nossas camadas dominantes que, ao longo do tempo, produziram a vítima, concebida aqui como criminoso e vadio. Por esse tempo, vieram as *missões científicas e campanhas sanitárias* que percorreram o País por todos os quadrantes, e nova mentalidade se foi criando, a ponto de já na primeira edição de *Urupês* [1918],

²⁷ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. Biblioteca de Literatura Brasileira. Introdução de Edgard Cavalheiro. São Paulo: Martins Editora, 1943, pp. 24-28.

Monteiro Lobato ter achado por bem inserir esta explicação: «Entra neste livro de contos uma caricatura que não o é, “Urupês”. Ela veio solver o tremendo problema batismal. E aqui aproveito o lance para implorar perdão ao pobre Jeca. Eu ignorava que eras assim, meu Tatu, por motivo de doença. Hoje é com piedade infinita que te encara quem, naquele tempo, só via em ti um mamparreiro de marca. Perdoas?» [p. 19]

* * *

Se Euclydes da Cunha acreditava ter descoberto nos Sertões «*o cerne da nacionalidade*», Guimarães Rosa, no seu *Grande Sertão: Veredas*, propunha-se transfigurar ficcionalmente o conjunto do país, centrando-o nessa dura realidade do vazio, do desterro, do homizio, da sacrificada experiência sertaneja, que ele tenta exprimir neste termo forte *Nonada*, o qual condensa a errância dessa existência coletiva, cujo traço dominante é a transitoriedade e a incompletude, mas que inscreve no tempo histórico sua possibilidade de rememoração e de esperança da promessa. Já Ariano Suassuna situa no Sertão toda a sua obra, que constitui o intento de elaborar esteticamente a epopéia de seu imaginário em múltiplas formas expressivas.

Quanto a mim, estou convencido de que toda tentativa de construir modelos rigorosos para uma realidade complexa tende decerto a resultar imperfeita, pois, conforme asseverava o jagunço Riobaldo Tatarana, em sua ciência e filosofia:

«*Natureza da gente não cabe em nenhuma certeza*».

Tentarei, portanto, esboçar a seguir, a largos traços, o que chamei no título: «Gênese do Imaginário Social dos Sertões: entre História & Ficção» – retrato sumário da condensação de imagens e representações acerca dessa realidade multiforme e heteróclita que leva este nome encantatório, que é sem dúvida uma das matrizes mais fecundas do imaginário erudito e popular da chamada ‘*cultura brasileira*’.

Em sua gênese sócio-histórica, a principal área do território nacional subsumida mais freqüentemente pelo nome de **Sertão** constitui um espaço geográfico e um processo de experiência coletiva de nossa formação como povo e nação. Esse conjunto gerou a **cultura sertaneja** característica de uma sociedade, que assenta sobre a **ordem privada e familiar** em seu caráter de instituição axial, com seu sistema de **dominação autoritária e patrimonial**, cujo instrumento básico de exercício

do poder são a **violência** e o **temor** generalizados. Em seus demais caracteres, traz a **pecuária extensiva** como atividade econômica dominante; com suas fazendas, povoados e vilas entremeando raras cidades; com sua estratificação polarizada entre **potentados** (*coronéis*) e “**plebe rural**”. Formação societária com sua **ética da honra, da bravura e da vingança**; com sua **religião sertaneja**, herança do catolicismo ibérico em seu arranjo brasileiro, que incorpora fortes componentes indígenas e alguns traços de culturas negras; enfim, com seu estilo geral de vida, um universo de **dominação masculina**, cujo **grupo doméstico** Capistrano de Abreu tomava como modelo para definir genericamente a família brasileira, ao afirmar que ela se apóia «*num tripé: o pai autoritário, a mãe submissa e os filhos aterrados*». Foi dessa matriz que nasceu o país.

Em compensação, o seu **imaginário** próprio – polarizado entre *arché* e *eskaton*, rico de festas e rituais, feiras e romarias – comporta um conjunto de representações coletivas e tem suscitado um sem-número de transfigurações literárias e expressões simbólicas de amplo valor estético, de que mais recentemente a obra de um Guimarães Rosa é fonte indispensável e a de Ariano Suassuna é um poço inexaurível. Assim, no imaginário tanto popular quanto letrado, o Sertão é concebido em geral como **uma região interior** (em oposição ao **litoral**), de geral criação de gado, desértica e dura, relativamente parada num tempo do passado, e evocada como *locus* mais ou menos sagrado, reserva das tradições ancestrais, depósito cultuado de linguagem e costumes antigos; é **o grande mediterrâneo semi-árido** que compreende parte do Maranhão, os estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, grande parte dos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e o norte de Minas Gerais.

Henry KOSTER, cidadão inglês que viveu em Pernambuco no início do século XIX, relata longa viagem que empreendeu em extensa área dos sertões em direção às províncias setentrionais, num livro maravilhoso²⁸ pela riqueza de suas observações e pela descrição dos

²⁸ Cf.: KOSTER, Henry: *Viagens ao Nordeste do Brasil*. (Tradução e notas de L. da Câmara Cascudo). Col. “Brasílica” - 221. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942. [Edição original: *Travels in Brazil*. London, 1816]. Chamo a atenção para o grave anacronismo cometido por mestre Cascudo ao alterar o título original dessa obra capital: não existia àquela época esse conceito de *Nordeste*, pois tal ‘região’ só vai ser inventada pela inteligência brasileira, em especial a sudestina, entre os anos 20 e 30 do século passado, e Pernambuco e Bahia constituíam legitimamente as mais importantes áreas do que era conhecido então por Brasil.

costumes e da vida das populações rarefeitas que aí habitavam àquela época (1810): abandonadas à própria sorte, distantes do controle direto do aparelho institucional da civilização litorânea, mas próximas da ação dominadora dos potentados rurais.

Com efeito, nas largas extensões do mediterrâneo pastoril, onde a criação extensiva de gado condicionou a forma de ocupação humana, a presença do Estado era tênue (exceto sobre a forma do fisco), a Justiça e mesmo a Igreja eram quase ausentes: aí os potentados – senhores de gados, terras e gentes – instituíram uma ordem social baseada no seu mandonismo local e na sua autoridade absoluta, assentada sobre a violência e a submissão, ordem social relativamente paralela ao sistema oficial, vigente nos centros urbanos e faixas litorâneas. Para tanto, os mais poderosos constituíam para si verdadeiros exércitos privados, recrutando elementos diretamente entre seus agregados ou entre os sem-terra, e acolhendo criminosos comuns, escravos fugidos, índios destribalizados etc., conforme ocorreu exemplarmente com a população de Canudos, que Euclides da Cunha descreveu em seu estilo peculiar.

Tal formação societária gerava uma espécie de permanente estado de guerra entre os domínios, lutas de famílias ou clãs parentais que perduraram durante todo o período colonial, estendendo-se pelo Império e ainda na República Velha²⁹. Conflitos perpetuados mediante mútua pilhagem, incêndios e destruições; e freqüentes vezes decididos pela eliminação recíproca dos adversários. Contudo, podiam ressurgir em novo ciclo, mediante a vingança praticada por seus descendentes. Só muito lentamente a modernização do campo e a introdução de relações de produção semi-capitalistas foram transformando essa ordem tradicional do Sertão, com repercussões ainda tênues na cultura e no imaginário de suas camadas populares.

Foi, pois, nessa paisagem descrita aqui sumariamente, que surgiram líderes do povo: seja na condição de *Profetas, Conselheiros e Beatos*, que ocuparão os espaços vazios dessa dura ordem social e mobilizarão atrás de si as populações sertanejas em busca de formas alternativas de existência, livres da dominação tradicional; seja na de *Chefe de can-*

²⁹ Cf.: VIANNA; Oliveira: *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1949, p. 223.

gaceiros que os organizarão em bandos rebeldes, armados, a viver de assaltos e a afrontar a força dos “coronéis” e das milícias provinciais e polícias estaduais. Essas duas vias eram as únicas opções de saída, que se ofereciam às classes subalternas de nossos sertões daquele período. Constituem elas as faces de um mesmo círculo relativamente fechado que compõe o universo sertanejo, onde opera portanto uma como **dialética do rifle e do rosário**³⁰.

Gostaria de abrir um parêntese aqui para sublinhar o fato de que essa dialética nem sempre tem sido percebida nos estudos de nossos cientistas sociais. Em geral, eles constataam e mencionam com desprezo, nos movimentos sociais do homem do sertão, a presença de um *êthos* religioso invariavelmente tido como “fanatismo” ou “messianismo”, porém nenhum chegou a captar com argúcia a sua significação crucial na estruturação sociocultural desse mundo de vida.

Curiosamente, foi a sensibilidade acurada de alguns dos nossos melhores ficcionistas que logrou compreender seu sentido agonístico. É o caso de um Guimarães Rosa em sua obra maior, *Grande Sertão: Veredas*, cuja tessitura elabora talvez o melhor painel dessa dialética, onde Deus e o Diabo convivem em íntima simbiose. Mas é o caso também de José Lins do Rego que, na sua obra dupla e complementar – *Pedra Bonita* e *Cangaceiros* –, captura essa tensão entre as duas metas históricas que se apresentam como saídas à nossa plebe rural. Aliás, José Lins do Rego põe em epígrafe, deste seu segundo romance, esta afirmação que é uma síntese luminosa:

*«Continua a correr neste **Cangaceiros** o rio da vida que tem as suas nascentes em meu anterior romance **Pedra Bonita**. É o sertão dos santos e dos cangaceiros, dos que matam e rezam com a mesma crueza e a mesma humanidade. »*

Eis, pois, o retrato reduzido desse território misterioso, encantado e seu tanto indecifrável, suporte do universo mitológico que se exprime no sonho poético de um Ariano Suassuna, que é provavelmente hoje a

³⁰ Em conversa com Ariano Suassuna, este lembrou que existia uma terceira via: tornar-se cantador ou poeta narrador de romances. Com efeito, existe tal alternativa, porém prefiro assinalar que apenas alguns poucos membros das classes subalternas escolhiam essa via nos interstícios daquela dialética dominante a que me refiro.

figura mais alta e fecunda da elaboração estética do **imaginário social do Sertão**. Sonho poético a que ele se refere com freqüência e a que atribui ênfase cada vez maior em seus escritos atuais, em seus depoimentos da maturidade, como este que cito textualmente:

*«... sempre fiel àquele sonho da **épica pobre**, (...) de um espetáculo total brasileiro, no qual se usassem as máscaras, o canto, a música, a dança e as roupagens imaginosas dos espetáculos populares. (...) Nosso povo, com uma arte estranha e poderosa, sabe criar a beleza até a partir da miséria e consegue manter sua dignidade no meio da maior degradação... São os pobres e belos sonhos do povo, que se veste assim para ter acesso a uma beleza, que, na vida, lhe é injustamente negada... heróis infortunados, anônimos e altivos de uma epopéia pobre; heróis que, em seu pauperismo descarnado, sofrem, lutam e reagem, e que pelo simples fato de sobreviverem na dureza e na adversidade, participam da epopéia brasileira que a nossa Arte deve perenizar.»³¹*

Abro outro parêntese apenas para aflorar um aspecto da caracterização da cultura sertaneja de que venho dando um esboço, aqui, a pouco e pouco. Aspecto, aliás, que talvez fosse melhor omitir. Refiro-me a uma associação quase automática que se instituiu entre o grande mediterrâneo semi-árido e a idéia de **seca**, invenção do imaginário social brasileiro que se intensifica a partir dos anos 30 do século passado. De fato, é abundante a produção simbólica que resulta do **imaginário da seca**, marca de ferro em brasa na alma de seus viventes. Na ensaística, na historiografia, na prosa de ficção, nas crônicas, na poesia, etc., para não citar outras formas de expressão (cinema, fotografia, artes visuais, teatro, etc.), em geral, é vasta a manifestação desse imaginário, que se funda numa imaginação material capturada por nossas pulsões oníricas. A ensaística em torno da seca é riquíssima³², bastando lembrar que um dos textos mais recentes, em

³¹ Cf.: SUASSUNA, Ariano. «O cinema, o Brasil e eu», *BRAVO*, Ano II, nº 18, março 1999, pp. 18-19.

³² Menciono apenas, a título de ilustração, alguns trabalhos mais significativos: um dos primeiros esforços para uma análise racional do fenômeno e de suas conseqüências socioculturais é inegavelmente a obra-prima de nossa literatura: *Os Sertões* de Euclides da CUNHA; o clássico livro, acima mencionado, de Gustavo BARROSO. *Terra de Sol*, Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962; o célebre livro de José Américo. *A Parahyba e os seus Problemas* (Parahyba, 1923); o famoso estudo de Josué de CASTRO. *Geografia da Fome* (São Paulo, 1961); o clássico de Djacir MENEZES. *O Outro Nordeste*, 2ª edição, Rio de

face de ensaios mais antigos, que é o conhecido *Terra de Sol*, de Gustavo Barroso [1912], em seu capítulo inicial enfrenta o tema da seca e do inverno. A historiografia não é menos abundante³³, e aqui se destaca a figura pioneira e generosa de Rodolpho Theophilo, que examinou o assunto em monografias fundamentais, em artigos e em sua ficção romanesca. Igualmente abundante é a novelística inspirada nas tragédias produzidas por cada ciclo de penúria das águas na região do semi-árido³⁴.

Mas como quero evitar o assunto, fecho o parêntese e retomo o fio da exposição de minha tentativa de caracterização do imaginário desse espaço humano e social.

Janeiro: Artenova, 1970 (1ª edição: 1937), onde a temática aparece como pano de fundo do argumento; o estudo clássico de J. Guimarães DUQUE. *Solo e Água no Polígono das Secas*, Fortaleza: Urânia, 1951; a série de estudos constantes do livro de Pinto de AGUIAR. *O Nordeste – o drama das Secas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983; o estudo de F. S. NASCIMENTO. *Quadrilátero da Seca*, 1º vol., Fortaleza: Stylus, 1988; o ensaio de Lúcia de Fátima Guerra FERREIRA. *Raízes da Indústria da Seca*, João Pessoa: Editora da UFPb, 1993; e, embora fale sobretudo da água, o pano de fundo motivacional é porém a seca, no livro de Hypérides Pereira de MACEDO. *A Chuva e o Chão na Terra do Sol*, São Paulo: Maltese, 1996; etc.

³³ Sem aprofundar este aspecto, o que implicaria em rastrear a significativa soma de estudos que o assunto tem suscitado ao longo do tempo, passando pelas monografias produzidas pelos membros da Comissão Científica de Exploração (1859-1861) nomeada pelo imperador D. Pedro II para examinar in loco a sua problemática, indico apenas alguns títulos: do mencionado Rodolpho THEOPHILO. *História da Seca do Ceará* (1877 a 1880), Fortaleza: Tipografia do Libertador, 1883; *Secas do Ceará* (segunda metade do século XIX), Fortaleza: Ed. L. C. Cholewiecki, 1901; *A Seca de 1915*, Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922; *A Seca de 1919*, Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922; tais estudos foram ampliados por Joaquim ALVES. *História das Secas* (Séculos XVII e XIX), Fortaleza: Instituto (Histórico) do Ceará, 1953; e por Thomas POMPEU SOBRINHO. *História das Secas* (Século XX), Fortaleza: Instituto (Histórico) do Ceará, 1953; e até uma excelente tese de doutorado do historiador norte-americano, professor da Universidade da Califórnia – San Diego, Roger L. CUNNIFF. *The Great Drought: Northeast Brazil, 1877-1880*, Ph.D. Dissertation, University of Texas, Austin, 1971 (que traz ampla bibliografia sobre o tema); Luciana Silveira de Aragão e FROTA. *Documentação oral e a temática da seca: estudos*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1985; etc. A Universidade de Mossoró tem republicado todos os melhores estudos nessa área ensaística e historiográfica.

³⁴ Aspecto mais conhecido porque marca uma presença forte e constante em nossa tradição letrada, desde os clássicos – de José do PATROCÍNIO, *Os Retirantes* (1879); de Domingos OLYMPIO, *Luzia-Homem* (1882); de Rodolpho THEOPHILO, *A Fome* (1890); etc. – até obras mais recentes como de Rachel de QUEIROZ, *O Quinze* (1930), ou o livro definitivo de Graciliano RAMOS, *Vidas Secas* (1938), etc. Essa produção ficcional tem sido objeto de estudo de vários ensaios, como o de Hilário Henrique DICK. *A Cosmovisão do Romance Nordestino Moderno*, Porto Alegre: Sulina, 1970; e sobretudo Teoberto LANDIM, *Seca, a Estação do Inferno*, col. Alagadiço Novo, Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1992; e José Maurício Gomes de ALMEIDA. *A Tradição Regionalista no Romance Brasileiro*, 1875-1945, Rio: Topbooks, 1999 [onde são examinados José de Alencar, Franklin Távora, Visconde de Taunay, Oliveira Paiva, J. Lins do Rego e Graciliano Ramos]; etc.

Portanto, essa tradição, essa região e essa gente, referidas na afirmação de Ariano, citada antes, resumem-se sobretudo no que se pode chamar **o povo do Sertão**. Território por cuja beleza áspera o narrador de *Grande Sertão: Veredas* demonstra especial predileção em definir sob inúmeras fórmulas, verdadeiros aforismos, como este: «*Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com astúcia. Deus mesmo quando vier, que venha armado. (...) Ah, mas, no centro do sertão, o que é doideira às vezes pode ser a razão mais certa e de mais juízo.*» [Grifo meu].

Território onde os homens ou são irmãos ou são inimigos, conforme assinalava José de Alencar, em seu romance *O Sertanejo* [1875], de que se pode afirmar ser uma das grandes obras primordiais na invenção desse imaginário. Invenção que, de fragmento em fragmento, vai encontrar em *Os Sertões* de Euclides da Cunha, já no século XX, a primeira tentativa de expressão épica [1902], assim como receberá seu estofamento mais positivo na obra renovadora de nossa historiografia moderna: *Os Capítulos de História Colonial* [1907], de Capistrano de Abreu, onde pela vez primeira **o povo** surge como protagonista de nossa história e um terço desta obra fundamental trata da até então desconhecida história do Sertão.

Com efeito, no meu entender, merece aqui especial destaque o capítulo nono desta obra, «O Sertão», sem dúvida a mais inovadora e importante contribuição de Capistrano de Abreu à historiografia nacional³⁵. Atento a que a conclusão do capítulo anterior a este corresse

³⁵ Wilson MARTINS, em sua consistente *História da Inteligência Brasileira*, a propósito dessa temática, menciona o fato de o Visconde de TAUNAY ter intitulado de «O Sertão e o Sertanejo» o primeiro capítulo de *Inocência*, e que aí «empregava duas palavras que iam reaparecer sucessivas vezes em tantas outras obras marcantes de nossa literatura (de Alencar a Euclides da Cunha, passando por Afonso Arinos e Coelho Neto), **além de implantar um tema central, talvez o tema central, das nossas meditações sobre o Brasil, e de estabelecer de uma vez por todas as coordenadas mentais em que desde então passamos a examiná-lo.** (...)». Essa é a significação essencial de *Inocência* na história do nosso pensamento literário; acentuemo-lo fortemente, na esperança impossível de prevenir a perpetuação de lugares-comuns que a encaram como simples novela de ingênuas idealizações românticas. » [1977, tomo IV, p. 405 – o grifo é meu]. Logo a seguir, em apoio à sua tese, ele reproduz ensaio seu anterior em que, estribando-se no que qualifica como o “**atulado espírito crítico**” de Capistrano de Abreu, analisa longamente a significação cultural mais densa dessa obra de Taunay, de que destaco este trecho: «Esse livro, lido como se fosse *Paulo e Virgínia*, tem em nossa literatura um valor e uma significação diversos dos que se atribuem ao de Bernadín de Saint-Pierre. Porque, como dizia Capistrano, ele deveria ter sido o primeiro livro realista e não o último livro romântico; e, antes de Capistrano,

o risco de ser visto como um deslize na direção da exaltação de uma brasilidade antecipada, ele retifica os rumos de sua interpretação por meio do parágrafo lapidar com que inicia o longo ensaio deste capítulo, impressionante e inédito num texto de história do Brasil, até em seu título: *«A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa. Deixa-a na sombra a todos os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo »* [p. 177]. Há décadas, Capistrano pesquisava, meditava e escrevia sobre essa conquista, construção e integração do território nacional mediante a devassa dos sertões, das penetrações nos quadrantes mais distantes, enfim disso que veio a constituir o Brasil. Este livro tem o seu cerne neste capítulo central: o Sertão se constituiu pela expansão de nossas fronteiras internas e externas em suas lutas e sacrifícios: era a metáfora e a realidade que dava sentido à nossa história. É impossível resumir aqui a riqueza de fatos e de observações vitais desse processo que configurou nossa singularidade. Este capítulo vale por um tratado geral, inclusive de sociologia de nossas revoltas e rebeliões, uma Suma de nossa gênese. É preciso lê-lo integralmente inúmeras vezes para desvelar as suas riquezas e descobrir que desvenda nossas entranhas. Eis por que ao tratar aí, longamente, do livro de Antonil, Capistrano nos diz com lucidez a razão por que a Metrópole confiscou a obra, não pelo alegado motivo de que esta divulgava o segredo do Brasil aos estrangeiros; a verdade era outra: ***«o livro ensinava o segredo do Brasil aos brasileiros, mostrando toda a sua possança... »*** [p. 267 – grifo meu].

Fecho o parêntese capistraneano e retomo fio da reflexão. Conforme estava a sublinhar, ao assinalar essas vertentes da cultura e do imaginário sertanejos, de que Suassuna é legítimo herdeiro, pois está visceralmente ligado a essa tradição literária, estética e ensaística centrada nesse espaço matriz de nossa formação: o Sertão semi-árido. Eis por que, em sua obra, ele lhe atribui dignidade e nobreza, por isso grafa-lhe o nome sempre com maiúscula.

dizia-o, com grande agudeza, o “stendhaliano” Visconde de Taunay: “No meu pensar bem leal, talvez ingênuo, por isso mesmo, e de bastante modéstia, este romance é a base da verdadeira ‘literatura brasileira’.”» [p. 407]. Além disso, essa temática do Sertão ocupa também um lugar central na larga ensaística do pensamento brasileiro.

Efetivamente, ao Sertão devemos dois ciclos fundamentais de nossa gênese econômica: o do **criatório**, sobretudo no grande mediterrâneo semi-árido, que tem por espinha dorsal o São Francisco; e o ciclo da **mineração**, estendendo-se para os gerais e para Oeste.

Norte e Sul, Litoral e Sertão eram os eixos conceptuais com que a inteligência brasileira, até recentemente, pensava o Brasil em sua unidade diversificada, construindo assim o espaço semântico da nacionalidade.

E o **Sertão** é pólo dessa semiologia onde reside a reserva de nossas tradições mais enraizadas. Ele expressa a nossa permanência histórica, que Euclides cunhou como «*a rocha viva*» da nação. Já o **Litoral** remete para as influências de fora, para as marcas dos vínculos colonialistas de nossa dependência externa, que perduram ainda hoje numa cultura menos peculiar e mais genérica. Ou como afirma Eidorfe Moreira: «*Pelo litoral somos universais; pelo sertão somos nós mesmos*»³⁶. Eis a razão por que, em seu *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo podia afirmar: «*quando a bandeira penetra o sertão termina a história de Portugal e começa a do Brasil.*» [Apud MOREIRA, Eidorfe: *op. cit.*, p. 10].

Retorno, pois, a Ariano Suassuna. O Sertão é o seu Reino sagrado. Estamos aí em face de uma de suas intuições mais profundas: a dignidade, a nobreza e altivez do povo sertanejo. Ora, todos os reinos e todas as dinastias que conhecemos na História são ou nascem de usurpações. Todos os reinos são igualmente inautênticos ou espúrios, visto serem produtos de pilhagens e atos de violência que instituem uns poucos como Senhores e os demais como súditos, sem escolha. Assim, os Reinos ou Impérios criados por Ariano Suassuna, em especial em seu “romance armorial-popular brasileiro” ou “novela romançal”, são tão ou mais legítimos, e se geraram de seu fraternal e fecundo imaginário.

Identifico outra intuição fecunda de Ariano Suassuna na insistência com que assinala seu sonho poético de realizar uma Epopéia do Sertão – que de fato ele já logrou em sua obra-prima que é o *Romance D’A Pedra do Reino*. Com efeito, parece legítimo afirmar que não há um **epos** urbano, mas seguramente este existe na gênese do Sertão. Aliás, sob o véu simples desse termo dissimula-se um universo de imagens e

³⁶ MOREIRA, Eidorfe: *Sertão: a palavra e a imagem*, 57 pp., vol. I de *Obras Reunidas de Eidorfe Moreira* (8 vols.). Belém: CEJUP, 1959, p. 9.

representações, aspectos físicos, sociais e culturais exóticos e cheios de estranha singularidade. Por isso, Eidorfe Moreira já assinalava essa dimensão, quando dizia:

«Há um acento épico e uma ressonância bárbara nesta palavra, onde a idéia de aventura paira sobre um fundo ermo e dilatado, um fundo de remota agrestia, que domina e engrandece a impressão do conjunto. Se há palavras másculas, independente da simples indicação gramatical de gênero, esta é uma delas. » [op. cit., p. 8].

E, de fato, foi o Sertão que propiciou a nota mais típica de nosso processo histórico, conforme assinalou Capistrano de Abreu.

É a essa intuição da índole épica do Sertão, em Ariano Suassuna, que me refiro agora. Nisso ele se inclui na alta estirpe dos escritores-prophetas que constroem a arquitetura do *epos* nacional, como um Euclydes da Cunha ou um Guimarães Rosa, dentre outros. Não era, pois, sem razão que Samuel Putnam, o realizador da clássica tradução de *Os Sertões* para o inglês, considerava esta obra como *a epopéia das Américas*.

Mas retorno, para concluir, ao *Romance d'A Pedra do Reino*. Há nesse livro outra genial intuição de Ariano. O movimento sociorreligioso de Pedra Bonita (1835-1838), que lhe serviu de motivação para esta obra extraordinária, já suscitou pelo menos três criações literárias que tentaram dar conta desse surto sebastianista no Sertão de Pernambuco: uma delas, ainda no século XIX, é *O Reino Encantado* [1878], de Araripe Júnior; a outra é o romance *Pedra Bonita*, de José Lins do Rego; e, enfim, esta de Ariano. Posto seja bastante original o percurso romanesco e a interpretação que José Lins do Rego elabora em seu livro ao ambientar a narrativa no século XX, dessas três obras, porém, inegavelmente, é a de Suassuna a mais rica e mais lúcida. Com efeito, a construção da dinastia de que provém o seu herói, Quaderna, constitui uma invenção mitopoética genial na medida em que revela **o sentido de continuidade das lutas do povo brasileiro**, apesar das fraturas da história positiva, sentido que vem expresso metaforicamente desde o complemento de seu título: *O Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*. O leitor que conseguir uma comunhão com o espírito dessa obra, saberá por certo quem é o Príncipe de que aí se fala.

Finalmente, apesar de seu estilo narrativo mais alegórico, há um inelutável tom **guerreiro**, transfigurado esteticamente, que atravessa todo

o seu enredo, sublinhando seu aspecto épico. Outro de seus traços cruciais reside em sua cosmovisão entranhadamente **monárquica**³⁷, não de fato como opção política, mas antes como recurso estético de nobilitação e grandeza dos humilhados e ofendidos do Sertão. Já o evidente **acento picaresco** que acompanha toda a intriga é antes, no meu entender, uma espécie de ironia socrática de que se serve seu autor para desvelar sua apreensão mais profunda.

* * *

Algumas fontes bibliográficas

ABREU, J. Capistrano de:

- 1954 *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, 4ª ed. revista, anotada e Prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu e Livraria Briguiet. [Instituto Nacional do Livro: Edic. Comemorativa do Primeiro Centenário do Nascimento de Capistrano de Abreu (1853-1953). Ex. n.º 956].
- 2004 *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Edição comemorativa dos 150 Anos de nascimento de Capistrano de Abreu (1853-1927). Apresentação e preparo crítico do texto de Eduardo Diatahy B. de Menezes. Fortaleza: Edic. Demócrito Rocha.

ACCIOLY, Marcus:

- 1971 *Nordestinados*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de:

- 1989 *Um Sertanejo e o Sertão. Moxotó brabo • Três ribeiras*. B. Horizonte: Itatiaia.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de:

- 1999 *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN – Editora Massangana.

ALENCAR, Francisco Silvestre:

- 1998 «Rica literatura, pobre filosofia», *BRAVO*, Ano I, nº 10, p. 14.

³⁷ V., por exemplo, as epígrafes do início da obra.

ALENCAR, José de:

- 1965 *O Sertanejo*, in *Ficção Completa e Outros Escritos*, v. III. Rio de Janeiro: Aguilar, pp. 525-736.

ANDRADE, F. Alves:

- 1973 *Ensaio de Sociologia Rural*. (I – Jeca Tatu de Monteiro Lobato & Mané Xiquexique de Ildefonso Albano; II – Lições de Agronomia Social). Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno.

ANÔNIMO:

- S/d. *História Completa do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

ARARIPE JÚNIOR, T. A:

- 1878 *O Reino Encantado*. Chronica Sebastianista. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta Noticias.

ARINOS, Affonso:

- 1947 *Pelo Sertão – contos*, 5ª. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia.

BARBOSA, Ivone Cordeiro:

- 2000 *Sertão: um Lugar-incomum*. O Sertão do Ceará na literatura do século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

BARROSO, Gustavo (João do Norte):

- 1912 *Terra de Sol*. Natureza e costumes do Norte. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá Ed.
- 1917 *Heróis e Bandidos* (Os cangaceiros de Nordeste). Rio de Janeiro: Livr. Fco. Alves.
- 1923 *O Sertão e o Mundo*. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro.
- 1930 *Almas de Lama e de Aço* (Lampeão e outros cangaceiros). S. Paulo: Melhoramentos.

BERNUCCI, Leopoldo M.:

- 1995 *A Imitação dos Sentidos*. Prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclydes da Cunha. São Paulo: Edusp e University of Colorado at Boulder.

BOLLE, Willy:

- 2001 «grandesertão.br ou: A invenção do Brasil», in MADEIRA, Angélica e VELOSO, Mariza (orgs.): *Descobertas do Brasil*. Brasília: EdUnB, pp. 165-235.

BOURDON, A. A.:

- 1977-8 «Messianisme Sébastianiste et Messianisme Révolutionnaire au Brésil.

Le Mouvement de la *Pedra Bonita* dans l'Histoire et la Littérature du Nordeste», *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes* (Inst. Français de Lisbonne), Nouvelle série, Tomes 37 et 38, pp. 155-197.

CAMPOS, Maximiano:

1998 *Sem Lei Nem Rei*. Posfácio de Ariano Suassuna: «Novo romance sertanejo». São Paulo: Melhoramentos.

CANDIDO, Antonio:

1964 *Os Parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Col. «Documentos Brasileiros – 118». Rio: J. Olympio.

1977 «Jagunços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa», *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, pp. 133-160.

CARVALHO, José:

1897 *Perfis Sertanejos*. (Costumes do Ceará). Bibliotheca da “Padaria Espiritual”. Fortaleza: Typ. Universal. [Reedição fac-similar do Museu do Ceará, 2006].

CIÊNCIA & TRÓPICO (revista):

1981 «José Bento Monteiro Lobato – 1882-1982», Edição Histórica, v. 9, N.º 2, jul.-dez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. [Textos de: G. Freyre, Rui Barbosa, Alceu Amoroso Lima, Andrade Muricy, Agrippino Grieco. Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, Plínio Barreto, Edgard Cavalheiro, Sérgio Milliet, Mário da Silva Brito, Mário Travassos, Wilson Martins, etc.].

COELHO NETTO:

1945 *Sertão*, contos, 6ª ed. Porto: Livraria Lello & Irmãos.

COSTA, João Cruz:

1956 *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional). Col. «Documentos do Brasil - 86». Rio de Janeiro: J. Olympio. [Sobretudo o cap. IV da IIª Parte e o cap. I da IIIª Parte, respectivamente: «As idéias na última fase do século XIX» e «As Idéias no século XX», pp. 287-435].

COUTINHO, Afrânio (dir.):

1986 *A Literatura no Brasil*, v. IV. Rio de Janeiro e Niterói: J. Olympio/EdUFF. [Sobretudo o tópico «O Regionalismo na Ficção», pp. 234-239].

CUNHA, Euclides da:

1966 *Obra Completa*, 2 vols. Rio de Janeiro: Aguilar. [Edição crítica].

- 1998 *Os Sertões* – Campanha de Canudos. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática. [Texto integral contendo ainda: Apresentação do trabalho crítico de W.N.G., Legenda das correções, Histórico das edições, descrição dos exemplares, Discrepâncias entre edições, Uniformização gráfica, Termos técnicos, estrangeirismos e topônimos, Uniformização ortográfica, *A emendatio* euclidiana, Variantes e Comentários, Índice Onomástico, «O engenheiro-escriptor Euclides da Cunha» por Roberto Ventura, Resumo Biográfico – Euclides da Cunha, pp. 511-752]

FERNANDES, Florestan:

- 1960 *Mudanças Sociais no Brasil*. Aspectos do desenvolvimento da sociedade Brasileira. Col. «Corpo e Alma do Brasil - III». São Paulo: Difel. [Em especial o cap. III da Iª Parte: «Um Retrato do Brasil», pp. 106-151].

FERRARINI, Sebastião A.:

- 1979 *Transertanismo* – Sofrimento e miséria do nordestino na Amazônia. Petrópolis: Vozes.

FREYRE, Gilberto:

- 1961 *Nordeste*, 3ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.

GALVÃO, Walnice Nogueira:

- 1971 *As Formas do Falso*. Um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Perspectiva.

HOCHMAN, Gilberto:

- 1998 «Logo ali, no final da avenida: *Os Sertões* redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República», *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. V – Suplemento, julho. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, pp. 217-235.

LEITE, Antonio Attico de Souza:

- 1904 «Memória sobre A Pedra Bonita ou Reino Encantado na Comarca de Villa Bella, Província de Pernambuco », *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, tomo XI: 216-248.

LIMA, Nísia Trindade:

- 1998 «Missões civilizatórias da República e a interpretação do Brasil», *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. V – Suplemento, julho. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, pp. 163-193.
- 1999 *Um Sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: IUPERJ-UCAM – Edit. Revan.

LOBATO, Monteiro:

- 1944 *Urupês*, 4ª. ed. «Biblioteca de Literatura Brasileira – VIII». Introdução de Edgard Cavalheiro. Ilustração de Paim. São Paulo: Livr. Martins Edit.

MENEZES, Djacir:

- 1970 *O Outro Nordeste*, 2ª ed. refundida e aumentada. Rio de Janeiro: Ed. Artenova.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de:

- 1993 «O Imaginário Popular do Sertão: Rumos para uma Pesquisa em Antropologia Histórica», *Revista de C. Sociais* (UFC), v. XXIII-IV, n° 1 e 2: 149-212. [Com extensa bibliografia sistemática sobre o assunto].

MOREIRA, Eidorfe:

- 1959 *Sertão: A Palavra e a Imagem*, vol. 1º de *Obras Reunidas de Eidorfe Moreira* (8 volumes). Belém: CEJUP.

MOTA, Leonardo:

- 1976 *Sertão Alegre*, 4ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra / Brasília: INL.

MOTA, Mauro:

- 1958 «Pedra Bonita e Caldeirão», **in** *Paisagem das Secas*. Recife: Instituto J. Nabuco de Pesquisas Sociais.

NEVES, Frederico de Castro:

- 1994 *Imagens do Nordeste*. A construção da memória regional. Fortaleza: SECULT.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi:

- 1998 «A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro», *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. V – Suplemento, julho. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, pp. 195-215.

PELOSO, Silvano:

- 1984 *Medievo nel Sertão*. Tradizione medievale europea e archetipi della letteratura popolare del Nordeste del Brasile. Napoli: Liguori Editore.

PEREIRA, Nuno Marques:

- 1988 *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, 2 tomos. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. [Edição crítica].

PEREIRA DA COSTA, F. Augusto:

- 1908 Folk-Lore Pernambucano, **in** *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXX (1907), Parte II: 3-641.

RAMOS, Guerreiro:

- 1957 *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Edit. Andes. [Especialmente o cap. em que estuda o pensamento político brasileiro de 1870 aos nossos dias; e a 2ª Parte: Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo].

ROSA, João Guimarães:

- 1978 *Grande Sertão: Veredas* («O diabo na rua, no meio do redemoinho...»). 12ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.

SANTOS, Idelette Muzart F. dos:

- 1999 *Em Demanda da Poética Popular*. Ariano Suassuna e o Movimento Armorial. Paris, 300 pp. [Tese de Doutorado policopiada, via Internet].

SANTOS, Luiz A. de Castro:

- 1985 «O Pensamento Sanitarista na Primeira República: Uma Ideologia de Construção da Nacionalidade », *DADOS – Revista de C. Sociais*, Rio de Janeiro (IUPERJ), vol.28, n. 2, pp. 193-210.

SIQUEIRA, Antonio Jorge de:

- 2002 «O SERTÃO E A MEMÓRIA – Conto, canto e encanto». Texto preliminar para discussão, apresentado no *Encontro de Pesquisadores sobre a Cultura Sertaneja*, promovido pela Univ. Vale do Acaraú (UVA), em Fortaleza, 7-8 de março.

SOUZA BARROS:

- 1967 *Aspectos Sociológicos da Vida Rural Brasileira*. «Estudos Brasileiros – n.º 24». Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola - Ministério da Agricultura.

SUASSUNA, Ariano:

- 1959 *Auto da Compadecida*. Rio de Janeiro: Agir.
- 1962 «Teatro, Região e Tradição», in VV. AA.: *Gilberto Freyre: Sua Ciência, Sua Filosofia, Sua Arte*. Rio de Janeiro: J. Olympio, pp. 474-495.
- 1971 *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*. Romance armorial-popular brasileiro. Nota de Rachel de Queiroz e Posfácio de Maximiano Campos. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- 1974a «A Farsa e a Preguiça Brasileira», in *Farsa da Boa Preguiça*. Rio de Janeiro: J. Olympio, pp. XVII-XXVIII.
- 1974b *O Movimento Armorial*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- 1977 *História d'O Rei Degolado nas Caatingas do Sertão, ao Sol da Onça Caetana*.

Romance armorial e novela romançal brasileira. Estudo de Idelette Muzart Fonseca dos Santos. Rio de Janeiro: J. Olympio.

1994 a *Aula Magna*. João Pessoa: Editora da UFPB.

1994b *Fernando e Isaura*. Recife: Edições Bagaço.

1999 «A fonte de Euclides: José de Alencar inspirou o criador de *Os Sertões*», *BRAVO*, Ano II, n.º 16, pp. 25-26.

1999 «O cinema, o Brasil e eu», *BRAVO*, Ano II, n.º 18, pp. 18-19.

2000 «Entrevista», *PALAVRA*, Ano I, n.º 10, Jan.-Fev., pp. 1-11.

TAUNAY, (Visconde de) Alfredo d'Escagnolle:

1936 *Innocencia*, 20ª edição brasileira, 57º. a 61º. milheiros. Ilustrada por F. Richter. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos.

VASSALO, Lígia:

1993 *O Sertão Medieval*. Origens européias do teatro de Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Livr. Francisco Alves.

VENTURA, Roberto

1998 «Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha», *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. V – Suplemento, julho. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, pp. 133-147.

2001 «*Os Sertões* entre dois centenários», in MADEIRA, Angélica e VELOSO, Mariza (orgs.): *Descobertas do Brasil*. Brasília: EdUnB, pp.109-123.

ZILLY, Berthold:

1993 «A Guerra de Canudos e o Imaginário da Sociedade Sertaneja em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Da Crônica à Ficção », in CHIAPINNI, Lígia e AGUIAR, Flavio Wolf de (orgs.): *Literatura e História na América Latina*. S. Paulo: Edusp, pp. 37-47. [Segue-se debate, pp. 59-73].